


GEOPOLÍTICA AMBIENTAL: UM OLHAR ESTRATÉGICO INTERNACIONAL SOBRE A AMAZÔNIA


ENVIRONMENTAL GEOPOLITICS: AN INTERNATIONAL
STRATEGIC LOOK AT THE AMAZON

GEOPOLÍTICA AMBIENTAL: UNA MIRADA ESTRATÉGICA
INTERNACIONAL SOBRE LA AMAZONÍA


João Bosco Salles da Silva Júnior¹

 0000-0001-8704-8549
joaoboscosalles12@gmail.com


Jucileno Durgo dos Santos²

 0000-0002-3906-7398
djucileno@gmail.com

Lidiane de Oliveira Morais³

 0000-0002-1648-3428
lidianemorais014@gmail.com

Adnilson de Almeida Silva⁴

 0000-0003-2555-0861
adnilson@unir.br

Ano XXVII - Vol. XXVII - (3): Janeiro/Dezembro - 2023

www.agbauru.org.br
Geográfica
CIÊNCIA
ISSN Online: 2675-5122 • ISSN-L: 1413-7461

1 Bacharelado em Geografia, Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8704-8549>. E-mail: joaoboscosalles12@gmail.com.

2 Bacharelado em Geografia, Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3906-7398>. E-mail: djucileno@gmail.com.

3 Bacharelado em Geografia, Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1648-3428>. E-mail: lidianemorais014@gmail.com.

4 Professor Doutor do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia (PPGG), Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2555-0861>. E-mail: adnilson@unir.br.

Agradecimentos: Ao Professor Doutor Hélio Rodrigues da Rocha pela revisão em português. Ao Professor Charlot JN Charles pela tradução nas línguas inglesa e espanhola. Ao projeto “Marcadores territoriais e representações geográficas amazônicas”, vinculado ao plano de trabalho “Desenvolvimento Socioeconômico-Ambiental, Território e Sustentabilidade no Sul da Amazônia”, Edital Programa de Desenvolvimento da Pós-graduação (PDPG/CAPES - Amazônia Legal), apoiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

Artigo recebido em dezembro de 2022 e aceito para publicação em junho de 2023.



Este artigo está licenciado sob uma Licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo a discussão do contexto da geopolítica ambiental e como estão intrínsecas às relações internacionais no contexto global de articulação sobre o gerenciamento da região e as soberanias nacionais sul-americanas ao referido espaço amazônico. Os países que compõem a Amazônia são considerados periféricos e vistos como incapazes de propor um desenvolvimento sustentável para a região. As fontes de recursos naturais, riquíssimas do ponto de vista da biodiversidade, são enxergadas como primordiais para a matéria-prima e manutenção econômica dos países industrializados que estão cercados pelo contexto urbano e sentem também a escassez de recursos básicos para a manutenção de vida. A pesquisa se contextualizou em referências bibliográficas e compreendeu a temática ambiental da Amazônia, além da internacionalização voltada à região e seus impactos.

Palavras-chave: Geopolítica ambiental. Amazônia. Recursos estratégicos. Internacionalização.

ABSTRACT: This paper aims to discuss the context of environmental geopolitics and how international relations are intrinsic in the global context of articulation on the management of the region and the South American national sovereignties of the mentioned Amazonian space. The countries that make up the Amazon are considered peripheral and seen as incapable of proposing sustainable development for the region. The sources of natural resources, which are very rich from the point of view of biodiversity, are seen as essential for the raw material and economic maintenance of industrialized countries that are surrounded by the urban context and also feel the scarcity of basic resources for the maintenance of life. The research was contextualized in bibliographical references and also the environmental theme and the Amazon, in addition to the internationalization focused on the region and its impacts.

Keywords: Environmental geopolitics. Amazon. Strategic resources. Internationalization.

RESUMEN: Este presente artículo tiene como objetivo discutir el contexto de la geopolítica ambiental y cómo las relaciones internacionales son intrínsecas en el contexto global de articulación sobre la gestión de la región y las soberanías nacionales sudamericanas al mencionado espacio amazónico. Los países que componen la Amazonía son considerados periféricos y vistos como incapaces de proponer un desarrollo sostenible para la región. Las fuentes de recursos naturales que son muy ricas desde el punto de vista de la biodiversidad, son vistas como primordiales para la materia prima y el mantenimiento económico de los países industrializados que están rodeados por el contexto urbano y también sienten la escasez de recursos básicos para el mantenimiento de la vida. La investigación fue contextualizada de referencias bibliográficas y incluido los temas ambientales y amazónicos, además de la internacionalización centrada en la región y sus impactos.

Palabras clave: Geopolítica ambiental. Amazonía. Recursos estratégicos. Internacionalización.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Ao discorrer sobre a Amazônia surgem muitas ideias, principalmente voltadas aos processos de ocupações que desencadearam outras situações, tais como: a construção e formação territorial, a população, a exploração dos recursos naturais, o papel e a presença do capitalismo em torno ao consumismo, os interesses nacionais e internacionais em vista da rica biodiversidade, o papel do Estado brasileiro, dentre outros enfoques.

Na atualidade, o que mais comenta-se em relação à Floresta Amazônica são as riquezas naturais e os diferentes modos de explorações, os quais resultam em sérios problemas como, por exemplo, o desmatamento e as queimadas que têm causado prejuízos irreversíveis, pois não se destrói somente a floresta. A fumaça proveniente dessas queimadas altera a atmosfera, gera modificações nas temperaturas, no regime hídrico, na fauna e na flora, bem como nas alterações dos componentes químicos dos solos, deformações em ciclos genéticos únicos, além de afetar diretamente a sanidade dos seres humanos, contribui na pressão sobre as Terras Indígenas e Unidades de Conservação.

O artigo denominado *Geopolítica Ambiental: um olhar estratégico internacional sobre a Amazônia* traz alguns desses aspectos mediante temática tão relevante e debatida nos últimos anos, de modo que visa mostrar alguns elementos e como estes contribuíram nas construções dos aspectos ligados ao meio ambiente, sejam positivos ou negativos. A proposição se fundamenta em revisões bibliográficas, além de apresentar a percepção das autorias do texto, as quais possuem vivência na Amazônia Sul-Occidental, integrante da região conhecida como “Arco do Desmatamento” ou “Arco do Fogo”.

GEPOLÍTICA AMBIENTAL: A QUESTÃO AMAZÔNIA

Atualmente, observa-se a todo momento notícias a respeito de questões ambientais, as quais envolvem o mundo todo e, quando direcionamos o olhar para a Amazônia, não é diferente, pois os níveis de poluições estão sendo elevados, há desmatamentos, queimadas, entre outros sinistros registrados.

Há tempos discute-se a geopolítica ambiental, e na década de 1970, por exemplo, foram realizadas algumas conferências e congressos para discutir assuntos ligados ao tema. Todavia, já haviam barreiras nas discussões, visto que a problemática girava em torno da diminuição dos índices de crescimentos econômicos para um mundo mais sustentável, repercutido em muitos países. Isto já era verificado também nos movimentos da Revolução Industrial, cujas suas principais características giravam em torno de grandes produções, no desenvolvimento de fábricas e de transportes e, é claro, a globalização tem deixado marcas permanentes no Planeta.

Não é segredo para ninguém: a região amazônica brasileira é uma das últimas fronteiras naturais com alto potencial econômico a ser explorada no mundo. A biodiversidade, o conhecimento dos povos originários e tradicionais sobre

o uso farmacológico da flora, a diversidade da fauna, a capacidade florestal de contribuir para a estabilização do clima e o regime natural de regulação de precipitações hídricas no Planeta, são bens de interesse mundial. No entanto, as grandes potências econômicas e militares mundiais ambicionam, sobretudo, os recursos minerais amazônicos. O volume fantástico de água doce, estratégico em todos os sentidos, atrai enorme interesse ambiental e econômico; enquanto no subsolo encontram-se reservas minerais valiosas — um grande recurso estratégico a ser protegido e, também, devidamente explorado em prol do Brasil (PEDRO, 2013; 2021).

A geopolítica ambiental tornou-se um assunto bastante corriqueiro, haja vista encontrar-se relatos em noticiários, em redes sociais, os quais apontam que os recursos naturais estão ameaçados, e quando o cenário é a Amazônia brasileira, os dados indubitavelmente revelam um alerta. A ineficácia das políticas públicas contribui para o agravamento da problemática ambiental, mediante a perda da biomassa e da biodiversidade, em decorrência dos desmatamentos, das queimadas e da extração ilegal de madeira, dentre outros.

No trabalho desenvolvido na área jurídica por Silva (2009) é evidenciado alguns olhares sob o espaço amazônico no que diz respeito a questões legais relacionadas ao meio ambiente, em que se abordam os elementos do desenvolvimento vinculados ao planejamento territorial de outrora, mas que ainda permeiam na sociedade como referência aos processos constituintes das mudanças climáticas. Este último ponto, em destaque, teve a presença de invasores em terras indígenas, que atinge ainda os povos tradicionais, os quais sofrem com conflitos agrários. Instrumentos de gestão foram criados, todavia, sofreram gradativamente, como a ocupação desordenada no bioma, de modo a agravar o desmatamento, como enfatizado pela autora.

No sistema econômico vigente ocorre o processo que submete a natureza à vontade humana, por meio de técnicas, com isso o desenvolvimento da população nas áreas urbanas e a exploração dos recursos naturais apresentam-se como o desdobramento da industrialização, e ocorrem de maneira desenfreada e desproporcional, em razão das medidas adotadas pelo homem capitalista em produzir. Neste sentido, a produção impõe a exploração ambiental, sem se preocupar com as implicações da extração dos recursos e coloca a relação da sociedade civil, a população e os Estados em contramão com as áreas protegidas (BARROS; BARBOSA 2015, p.272; OLIVEIRA, 2019; CASTRO; OLIVEIRA, 2021, p.20).

Em outras palavras, porém, como sentido semelhante, o processo de crescimento em todos os âmbitos, sejam eles nas zonas urbanas, sejam em áreas rurais, ou em incrementos da taxa populacional geram impactos. A industrialização, como integrante do sistema econômico, também contribui significativamente para isso, de modo que o capitalismo produz outros problemas, que muitas vezes passam despercebidos pela sociedade. No aprofundamento deste debate relevante para compreensão do que ocorre com a natureza e com a Amazônia, ponderam Castro e Oliveira (2021, p.20) que:

A extração de recursos naturais e exploração descontrolada coloca em *cheque (sic)* todas as formas de vida, ocasionando prejuízos ao solo, a água, a fauna e flora. Da qual vem sendo gradativamente substituída por outras formas não florestadas como pastos, área agrícolas e desmatamento pelo corte seletivo de madeira. Tal fenômeno vem aumentando nos últimos anos, não seguindo um padrão oscilando os picos de desmatamento, atualmente já foram desmatados 10,9 mil km² da área total ameaçando o futuro e perpetuidade da floresta (INPE, 2019).

É perceptível na análise das autorias, mediante os dados apontados pelo INPE, que todos os anos são registradas ações antrópicas incrementando áreas territoriais, as quais as florestas são convertidas em espaços produtivos destinados a pastagens, agropecuária (sobretudo relacionada ao agronegócio), de modo que a proteção ambiental, inclusive, a utilização racional dos recursos naturais se estabelecem mais como uma retórica discursiva — com isso resulta em baixa efetividade ambiental.

A abordagem sobre as circunstâncias que envolvem a geopolítica na Amazônia revela muitos caminhos a serem seguidos e que necessitam ser levados em consideração em toda sua estrutura espacial. Tais questões interligam-se em níveis mais amplos, como objeto primordial deste estudo, logo, esses caminhos giram em torno do desenvolvimento, das inovações, das descobertas sociais, planejamentos governamentais e empreendimentos privados, os quais se vinculam de diversas maneiras (desde muitas décadas de exploração na região), dentre outras situações apontadas por Barros e Barbosa (2015, p.278):

Problemas ambientais oriundos fatores econômicos são bem frequentes [...] como na extração de madeira, matéria-prima esta que está se tornando mais rara o acesso e em virtude disso tem maior valor aquisitivo atribuído, refletindo o agravamento do desmatamento das florestas e impacta diretamente a biodiversidade desta área.

É preciso considerar que o ambiente amazônico não é uno, tanto no que se refere à natureza, quanto nos aspectos étnicos e de vivências experienciais em seu espaço geográfico regional, de modo que, conforme consideram Gonçalves *et al.* (2016, p.287), a partir da afirmação de Simmel (1996):

As estratégias que as populações humanas lançam mão para relacionarem--se com o ambiente estão apoiadas pela dinâmica interativa que estabelecem em cada uma dessas regiões, formando diferentes paisagens, que são praticadas, vividas e ressignificadas.

Para além das estratégias das próprias populações regionais, outros fatores estão intrinsecamente vinculados dizem respeito à necessidade dos arranjos territoriais, mediante a regularização fundiária. Assim, Gonçalves *et al.* (2016, p.314) consideram que:

A regularização fundiária de povos tradicionais na Amazônia é um desafio a ser enfrentado e que por si já municia a política da motivação e da legitimidade necessárias para sua consecução, adicionada ao princípio constitucional da função social da terra e da necessidade de dar solução ao caos fundiário imperante na Amazônia. Nesse sentido, a judicialização, se ocorrer, pode ser até mesmo desejável, à medida que vá definindo a questão fundiária na Amazônia, até hoje cenário de inúmeros conflitos.

Neste sentido, vale ressaltar a relevância dos modelos regionais que dão possibilidades a novos olhares, ao entendimento do passado, do presente e do que poderá ocorrer no futuro, como fica evidente na obra “Geopolítica na Amazônia: a nova fronteira de recursos” (BECKER, 2004 [1982]), cuja análise apresenta conceitos que facilitam a compreensão da dinâmica regional, bem como a exploração dos centros e periferias, o qual modifica todo o contexto econômico, político e social do ambiente, mediante sua transformação em pequenas e grandes escalas.

Na obra referenciada, a autora discorre sobre o papel da “fronteira de recursos” ou “regiões de novas oportunidades”, que a partir desse ponto adentra-se aos novos espaços do sistema nacional, como a fronteira agrícola, os diferentes tipos de propriedades e os povos tradicionais, estes sofrem com ocupações inadequadas e a degradação ambiental (inclui-se nesta as mudanças climáticas que já causam consequências nas mais diversas territorialidades). Assim, vincula-se ao processo de globalização que atua com grande intensidade nos rumos e expansão de empreendimentos na Amazônia.

A importância geopolítica da Amazônia no cenário internacional tem sido determinada por seu grande estoque de recursos naturais bióticos e abióticos, que despertam interesses expressos nas estratégias geopolíticas de países e instituições internacionais, pela apropriação do que os grupos de ecologistas e ambientalistas nominam de “capital natural ou capital intangível” (SCHMIDT; SANTOS, 2002 apud BECKER, 2004 [1982, p. 39]).

Nos últimos anos, novas tendências se delineiam no sentido de viabilizar a realização do capital natural através de um processo crescente de mercantilização da natureza. Alguns de seus elementos estão em vias de serem transformados em mercadorias fictícias e objeto de mercados reais, afetando intensamente a Amazônia.

Isso tudo é resultado também do consumismo. Ao longo do tempo a sociedade tem realizado consumo não compatível com a sustentabilidade, cujos padrões desencadeiam-se em outras situações decorrentes da apropriação de matérias-primas naturais. Para suprir toda essa necessidade, busca-se ambientes de “fácil” acesso e boa qualidade em insumos, como é o caso da floresta brasileira em questão, com uma biodiversidade abundante (mas que poderá se extinguir).

É necessário adicionar que na região ainda predomina ritmos lentos quando o foco é a proteção natural, onde as fronteiras são as principais portas de entrada, todavia, os

órgãos de fiscalizações por diversas razões não conseguem dar as respostas necessárias aos problemas socioambientais da região.

A vulnerabilidade das áreas limítrofes da Amazônia brasileira, as fronteiras, são um problema que muito se discute a respeito dos órgãos fiscalizadores, e entende-se que são necessárias ações efetivas estatais urgentes para conter tais adversidades, conforme apontam alguns estudos, os quais demonstram provável cenário dos próximos 30 anos. O incremento e/ou melhoramento do Código Florestal seria oportuno, bem como das suas aplicações na prática, contudo, a falta de investimentos nos órgãos e repartições públicas coopera para a prática de delitos e impunidades.

Outro subsídio imprescindível abordado diz respeito a práticas crescentes do agronegócio, para tanto, basta fazer uma análise rápida das imagens de satélites em intervalo de um ano de uma mesma região, onde é possível evidenciar degradações ao meio natural. A derrubada da floresta nativa tem preocupado imensamente os setores de proteção e conservação ambiental, o avanço, por exemplo, de áreas destinadas ao agronegócio no sul de Rondônia tem sido intenso, de maneira que a sensação de incertezas predomina, com isso pressiona as porções florestais, bem como repercute em variáveis ambientais (rios, fauna, dentre outras) e sociais (povos indígenas e populações tradicionais).

A AMAZÔNIA NA VISÃO INTERNACIONAL COMO FONTE DE RECURSO ESTRATÉGICO

A partir dos anos 1980, tem-se evidenciado um crescimento exponencial da economia mundial. Potências hegemônicas são obrigadas a definir políticas destinadas a buscar e assumir a posse de novas regiões consideradas ricas em fontes energéticas e recursos naturais, a fim de garantir que suas economias permaneçam fortes perante o avanço da globalização, isto é, mais mercados atuam e exercem influências globais. Essa nova configuração de espaço, diga-se estratégica, vai permear uma nova corrida por esses territórios em disputa pela aquisição de matérias-primas que possibilitam garantir o desenvolvimento de suas atividades produtivas e garantir o seu poderio na economia.

Os Estados Unidos da América são um exemplo dessas potências, que há pelo menos um século muito tempo trabalha na exploração e investe em territórios de outras nações, para que assim possa obter recursos naturais que afiança sua economia. Mercados emergentes como a Ásia, com destaque para a China, têm promovido crescente e frenética busca ancorada no avanço tecnológico e desenvolvimentista regional, conseqüentemente ampliam a exploração de novas áreas estratégicas dotadas de rica biodiversidade e/ou recursos naturais (sobretudo, nos continentes da África, Ásia e América, naqueles países com pouco ou menor grau de desenvolvimento econômico).

O panorama favorece a um olhar global direcionado para a Amazônia sul-americana, como “o espaço vital”, região que é importante para a regulação do clima mundial e que é dotada de uma rica biodiversidade e mineral com grande potencial de exploração na perspectiva adotada pelo sistema capitalista. Ratzel (1990 apud PESSANHA; MOURÃO, 2014) teoriza sobre o espaço vital, de modo a relacioná-lo ao comportamento do Estado.

A interação entre espaço e Estado vai constituir a relação da sociedade com o meio. O Estado é considerado como um organismo vivo que necessita de um espaço, um solo e de recursos para se fortalecer e crescer. É um movimento dinâmico, pois o espaço se transforma a partir do trabalho e fixação do povo no território e o Estado nunca está quieto nessa condição. Ele é o agente que propaga a expansão e posse do espaço e território, incorpora a cultura geral do povo e por meio do viés nacionalista consolida a nação como um todo.

Ainda na ponderação sobre a geografia ratzeliana, o Estado tem uma forte atuação política, ou sobre a geografia política de seu território. Para continuar a existir é necessário a expansão de sua área, com isso visa novas regiões e recursos para o progresso e sua manutenção; aqui pode-se considerar práticas bélicas e mais firmes de apropriação, absorção, aumento de fronteiras e espoliação de recursos naturais de países vizinhos. Dentro do cenário mundial essas práticas foram e são constantes entres os países que se configuram no topo da hegemonia do poder estrutural, logo os recursos naturais apresentam-se para as nações como “trunfos”, conforme assegura a perspectiva dada por Raffestin (1993).

Outro trunfo da Amazônia consiste na importância grandiosa como reguladora do clima do Planeta. Do ponto de vista estratégico, os seus recursos são mensurados como vitais aos países — que buscam manter as suas estruturas de desenvolvimento e expansão tecnológica —, ainda que isso signifique a imposição e a subjugação de outras nações com menor aporte financeiro, militar e tecnológico. A rica biodiversidade, aliada à potencialização dos recursos minerais, hídricos, da fauna e flora despertam um jogo de interesses globais pela disputa desse imenso espaço, o qual se apresenta como “fronteira de recursos”, “fronteira de capital”, ou seja, como lócus privilegiado para a ação e o avanço econômico.

É perceptível que a dificuldade terrestre de adentrar a topografia amazônica ainda garante a esse espaço geográfico uma sobrevida frente à uma possível frente de exploração mais densa. Nesse contexto, há de se considerar o papel do Estado brasileiro e como ele está articulado a essas variantes da internacionalização da região, ao avanço dos países estrangeiros.

Com isto, abrem-se duas possibilidades contraditórias, mas não excludentes: a) se o Estado age de maneira preventiva a garantir a soberania do seu território; b) se estabelece alianças com outras nações para disponibilizar a exploração do espaço em trocas de vantagens econômicas. Países hegemônicos desenvolvidos carecem em seus territórios de espaços naturais, pois o cenário urbano já consumiu todo o seu espaço geográfico, fato esse consumado e iniciado pelos desdobramentos da Revolução Industrial.

Na avaliação de como se operacionaliza o palco das relações que animam esse processo, Amin (2015, p.17) entende que “as regiões ricas em recursos estratégicos passam, assim, a ser o centro das atenções internacionais”. Esta motivação faz com que a região Amazônica, na análise desse autor (2015, p.17), se situe como “a detentora do maior estoque de recursos estratégicos — água, minerais, biodiversidade — do planeta, passa a constituir o espaço vital do século XXI”, logo, se apresentam como prioritária para a ação e o avanço do capital, inclusive sobre áreas protegidas institucionalizadas (Terras Indígenas e Unidades de Conservação) e territorialidades não demarcadas oficialmente ou em processo de demarcação.

Em direção semelhante à análise de Amim (2015) sobre as relações de poder exercidas pelos países centrais, Hespanha e Aragón (2015, p.3) discorrem que:

No atual contexto internacional assiste-se uma nova organização das atividades económicas e vive-se acirrada disputa entre as potências detentoras da moderna tecnologia, localizada nos países hegemónicos, e países detentores dos maiores estoques de natureza, localizados principalmente em países periféricos. E nesse contexto a Amazônia ganha um papel preponderante pelo enorme estoque de recursos naturais que possui e pelo seu papel crucial nas mudanças climáticas globais (*sic*).

Na consubstanciação desse processo na região é relevante considerar também as reflexões feitas por Becker (2004 [1982], p.127) ao destacar que: “Se os fluxos financeiros são globais, os estoques de natureza estão localizados em territórios de Estados (como a Amazônia) ou em espaços ainda não regulamentados juridicamente”. Isto quer dizer que a globalização flui financeiramente em uma velocidade de alcance instantâneo e negócios são gerados em várias porções do mundo de maneira igualmente eficaz. Mas para que exista matéria-prima, fonte primordial desses produtos comercializados globalmente, é necessário encontrar os espaços e regiões que ainda disponibilizem dessas fontes de recursos naturais.

O processo de ocupação amazônica originou-se de uma economia de fronteira e de atividades econômicas predatórias provenientes das necessidades externas do mercado, e estas são influenciadoras da questão ambiental, ou socioambiental, já que atinge a região e seus habitantes. O processo de concentração de terra e renda no espaço agrário tem contribuído decisivamente para a expansão dos processos desiguais de urbanização, de modo que tem gerado impactos no ambiente amazônico, cujo fenômeno é retratado como urbanização da pobreza na floresta e degradação da qualidade de vida, conforme análise de Becker (2005).

Os países periféricos, como o Brasil, são providos desse grande estoque natural e são espaços vistos como potenciais fontes de recursos estratégicos, ou seja, a geopolítica ambiental da Amazônia é primordial para a continuação do desenvolvimento tecnológico das grandes potências mundiais. Assim, surge a seguinte indagação: faz-se parte considerar e entender como age a legislação brasileira nesse contexto, e se há muita permissividade ao avanço internacional ou se o Estado resguarda a preservação e conservação da floresta e seus recursos como trunfo.

Sobre a internacionalização da Amazônia cabe destacar em pauta um trecho do discurso na época do senador Cristovam Buarque (2000), de um debate realizado em uma Universidade nos Estados Unidos, que ao ser indagado por um jovem daquele país, assim respondeu:

De fato, como brasileiro, eu simplesmente falaria contra a internacionalização da Amazônia. Por mais que nossos governos não tenham o devido cuidado com esse patrimônio, ele é nosso. Como humanista, sentindo o risco da degradação ambiental que sofre a Amazônia, posso imaginar a sua internacionalização, como também de tudo o mais que tem importância para a humanidade. Se a Amazônia,

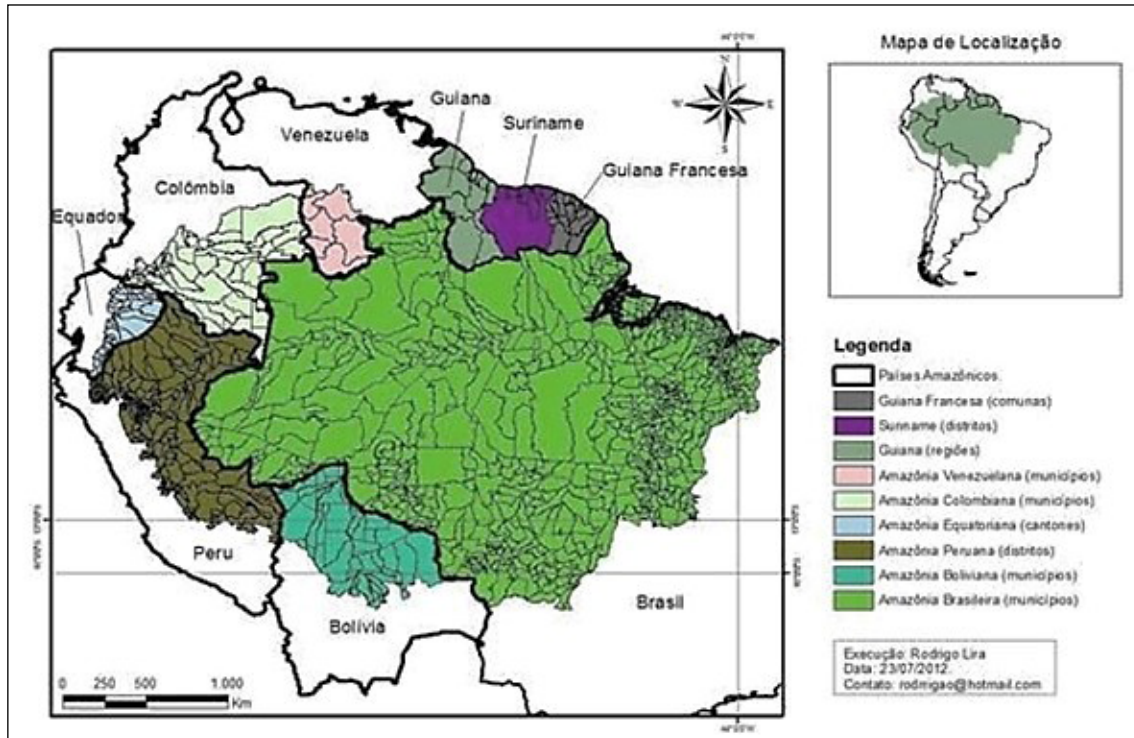
sob uma ética humanista, deve ser internacionalizada, internacionalizemos também as reservas de petróleo do mundo inteiro. O petróleo é tão importante para o bem-estar da humanidade quanto a Amazônia para o nosso futuro. Apesar disso, os donos das reservas sentem-se no direito de aumentar ou diminuir a extração de petróleo e subir ou não o seu preço. Da mesma forma, o capital financeiro dos países ricos deveria ser internacionalizado. Se a Amazônia é uma reserva para todos os seres humanos, ela não pode ser queimada pela vontade de um dono, ou de um país. Queimar a Amazônia é tão grave quanto o desemprego provocado pelas decisões arbitrárias dos especuladores globais.

Estas comparações feitas por Buarque são reflexivas e trazem a dimensão de como a internacionalização, ou focar a Amazônia, pode render dúvidas quanto a real preocupação dos países interessados, ou simplesmente evidenciar que os mesmos só estão interessados nas suas particularidades de fato, e não com o que o desflorestamento pode causar ao clima mundial e à região.

Há um discurso que traz embutido a intenção objetiva que consiste em caracterizar os países amazônicos como incapazes de gerar e administrar o desenvolvimento sustentável de suas regiões. Entende-se aqui este desenvolvimento como aquele que é capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as futuras gerações, isto é, não esgotar os recursos para o futuro.

As grandes potências enxergam os países subdesenvolvidos/em desenvolvimento como inferiores e querem impor suas diretrizes para desbancar as soberanias nacionais da região na administração dos recursos estratégicos, para que com isso possam manter suas hegemonias econômicas como países centrais.

Considera-se que no contexto regional a Amazônia Sul-americana pode ser mencionada como Pan-Amazônia ou Grande Amazônia. É importante a utilização desses dois termos a fim de desvinculá-los do tratamento nacional dado a cada país que abrange esta região. Os países componentes da Grande Amazônia são respectivamente: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Guiana Francesa, Peru, Suriname e Venezuela (Figura 1).



Fonte: Aragón (2013, p. 44).

Figura 1. Divisão político administrativa da Grande Amazônia Sul-americana.

É oportuno mencionar que a integração entre os países amazônicos é bastante frágil no que se refere a estratégias mútuas de proposição de um desenvolvimento sustentável e de desenvolvimento de ações que permitem barrar as investidas contra a exploração predatória da biodiversidade regional.

Pouco se adentra no que cada país articula em sua porção amazônica, e isso dificulta muito a integração regional, ao mesmo tempo em que promove as investidas internacionais na captura dos recursos estratégicos, pois as legislações nacionais e subnacionais mostram-se ineficazes e divergentes, de modo que não garantem ações mais robustas, tanto nos aspectos humanos, ambientais, sociais, econômicos e políticos. As políticas formuladas são estabelecidas conforme os interesses nacionais, e não se trabalha a previsão sobre as consequências dos impactos que podem ser gerados ao ambiente, meramente por decisões políticas que visam só às vantagens econômicas ao país sede.

Os impactos ambientais e suas consequências para a Amazônia Brasileira são crescentes, sendo que a administração do Governo Federal (2019-2022) favoreceu ainda mais a devastação da floresta brasileira, conforme dados oficiais e de instituições não governamentais e privadas, em decorrência da permissividade dos atos governamentais no sentido de descumprimento das leis ambientais.

Estes descumprimentos da legislação em âmbito nacional brasileiro, especialmente na Amazônia, têm contribuído para o efetivo aumento da violência em disputas territoriais em várias dimensões e tipologias, conforme dados apresentados em Kohlhepp (2022), Théry (2018),

FBSP (2021), CIMI (2022) e CPT (2022), inclusive com atentados e assassinatos de indígenas, lideranças de comunidades tradicionais (extrativistas, quilombolas, dentre outros), agricultores familiares, sindicalistas, ambientalistas, profissionais da imprensa, líderes religiosos.

Embora, aparentemente, seja um tema subjacente, há que se considerar na geopolítica que atua sobre as territorialidades amazônicas as práticas relacionadas ao tráfico de drogas, ao tráfico de pessoas e outras ilegalidades, em virtude da porosidade entre fronteiras dos países que compõem a região. Isto demonstra a fragilidade em termos de segurança, a qual é contextualizada pelo reduzido efetivo das forças coercitivas dos Estados nacionais, de modo que favorece a grupos organizados paraestatais que afrontam legislações existentes, com isso violam os direitos humanos, bem como aqueles relacionados à natureza e ao bem viver.

Tais cenários se caracterizam como um dos grandes problemas da Amazônia brasileira, mas que também se reproduzem no âmbito da Pan-Amazônia, em decorrência do processo histórico acentuado pelo sistema econômico, ao passo que muitos povos indígenas e populações tradicionais que vivem na região e são protetores de distintos territórios — visto que suas práticas e modos de vida resguardam e conservam o ambiente que são inerentes às suas vivências, que são ameaçados sistematicamente. Conseqüentemente, a ameaça à Amazônia representa um risco à integridade física, psicológica, social, organizacional e cultural dessas populações e de seus territórios.

Constatam-se várias outras ações predatórias de cunho ambiental que emergem na região, como é o caso em Rondônia e Amazonas, que em 2022 sucumbiram a investida de atividades garimpeiras ilegais no rio Madeira. Evidenciou-se que os garimpeiros exploravam ilegalmente ouro na região, mas possuíam forte apoio de políticos regionais. Setores da imprensa apontaram que vários deputados questionaram a ação da Polícia Federal (que incendiou várias embarcações, em cumprimento a mandado judicial), ao tempo em que se colocaram a favor da legalização da atividade nociva ao meio ambiente, com argumento que se tratava de trabalhadores (LOBATO, 2022).

Situações análogas que envolvem a atividade garimpeira também foram constatadas em outras porções da região e apoiadas tanto no poder legislativo, quanto no executivo. Neste sentido, Lobato (2022) destaca e analisa a afirmação de um desses políticos apoiadores do segmento de extração mineral:

[...] a atividade pode ser de forma sustentável, mas não explicou como isso é possível. O problema é que o maquinário usado no garimpo fluvial retira areia no fundo do manancial e utiliza mercúrio, provocando dano ambiental e contaminação da fauna aquática, além de prejudicar a saúde da população ribeirinha dessa parte da Amazônia Ocidental. A atividade também é proibida pela Justiça Federal desde 2017. [...] “Nós precisamos trazer essa pauta para que possamos de uma vez por todas separar o joio do trigo. É possível sim fazer exploração mineral no Amazonas de forma sustentável, regulamentada, de forma que, através do manejo, vai ter menos agressões ao meio ambiente” (Grifos referentes a abordagem do político).

Na mesma reportagem, Lobato (2022) traz o ponto de vista de outro político que se contrapõe aos defensores da atividade garimpeira, como algo sustentável ambientalmente:

[...] a ação no rio Madeira não pode ser classificada como “garimpo artesanal”, uma vez que o custo de uma draga é “no mínimo 1 milhão de reais”. O parlamentar levantou suspeitas sobre o negócio. “Tem alguém por trás dele, para que essas balsas funcionem elas precisam de diesel e este diesel está sendo roubado por piratas do rio tanto no rio Madeira quanto no Purus”. (Grifos da abordagem do político).

Deste modo, na Amazônia brasileira, para além dos territórios voltados ao garimpo, encontram-se outros marcados pela exploração mineral de empresas nacionais e internacionais, por setores do agronegócio (principalmente da soja e pecuária), dentre outros, os quais avançam e pressionam áreas institucionais — Unidades de Conservação e Terras Indígenas —, bem como em áreas pioneiras, onde possam obter retorno econômico mais rápido. Estas situações se devem em grande parte pela ausência de regularização fundiária, de modo que favorece a realização de inúmeras ações e atividades ilegais.

Não pode ser desconsiderado no processo, como um todo, o papel e a influência do jogo político e econômico-financeiro internacional que se sobrepõe à região, especialmente em função da riqueza da biodiversidade e dos recursos naturais existentes. Deste modo, surgem os questionamentos para reflexão: o aporte financeiro de outras nações, inclusive para ações ambientais, até que ponto contribuem ou minam a autonomia e a soberania de um país? Estes aportes são suficientes e eficientes para garantir a sustentabilidade ambiental e integridade física, psicológica, social, organizacional e cultural dos povos e seus territórios na Amazônia?

Não obstante a esses desafios, cabe ponderar as reflexões e alternativas sobre o futuro da região, da sua biodiversidade e dos povos que ali residem, propostas por Aziz Ab’Saber em entrevista a Borelli et al (2005, p.18), que:

[...] seria preciso criar políticas públicas adequadas para cada uma das células espaciais da região amazônica, e incentivar os poucos modelos de economia ecologicamente “auto-sustentada” criados pelos próprios amazônidas (Projeto Reca – Reflorestamento Econômico Concentrado e Adensado, por exemplo). [...] É lamentável que não se tenha consciência sobre os destinos da Amazônia. Cabe à nossa geração — ao início do século XXI — exigir um gerenciamento mais correto e inteligente para garantir a preservação das biodiversidades e a sobrevivência dos homens e da sociedade no grande Norte brasileiro.

Para muitos, a afirmativa do saudoso geógrafo brasileiro Ab’Saber sinaliza-se como utópica, no entanto, é preciso compreender que as possíveis soluções para as questões amazônicas, sobretudo as que se referem à geopolítica ambiental deverão ser de iniciativa construtiva das populações habitantes desse importante espaço pan-amazônico, o qual é de interesse mundial.

A sobrevida ou permanência desse vasto território, com suas particularidades, depende da consciência, do processo de luta, da adoção de políticas públicas que levem em consideração os povos, a biodiversidade, bem como sua contribuição para uma economia sustentável a partir de suas múltiplas realidades. A efetivação geopolítica ambiental somente terá o sentido em seus resultados se estes forem concretizados em benefício da população, com garantia do meio ambiente para as atuais e futuras gerações. Eis o imenso desafio o qual é tarefa para ser realizada pelos habitantes da Pan-Amazônia!

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O contexto geopolítico ambiental vislumbra na Amazônia a fonte de recursos estratégicos necessária para a continuação da industrialização capitalista e no combate à finitude dos recursos naturais, como é o caso da água para consumo. É notório a preocupação mundial sobre a gerência dessa biodiversidade realizada pelos países que compõem a Amazônia sul-americana. Convém destacar que fica evidente que os países desenvolvidos são temerosos e não confiam na administração e na soberania dos países amazônicos sul-americanos.

As investidas internacionais para romper ou engessar as legislações nacionais relacionadas à Amazônia possibilitam, de fato o direito de conseguirem a exploração da matéria-prima, em que o avanço decorre, principalmente, em decorrência da ineficácia ou da inércia dos governos dos países que compõem a região. A isto se adicionam os acordos e tratativas pactuados em nome da população regional, sem que a mesma, na maioria das vezes, seja consultada ou então é negado o direito de participar deste processo.

Os grandes projetos, as iniciativas governamentais para a ocupação e o desenvolvimento da Pan-Amazônia, no sentido de integração, têm causado impactos ambientais intensamente, a supressão das florestas e sua conversão em áreas de produção é apenas um deles.

As atividades agropastoris evidenciam essas transformações espaciais. Estas atividades aliadas às estradas que cruzam a região provocam abalos nas estruturas geomorfológicas, como a erosão dos solos, afetam os recursos hídricos, além de comprometerem a permanência da biodiversidade das áreas protegidas institucionalizadas, como as Unidades de Conservação e das Terras Indígenas — constantemente ameaçadas com as ações predatórias de grileiros, madeireiros, garimpeiros, além da omissão estatal que contribui para a investida de empresários, mediante retificação de leis ambientais, de alteração de delimitações e redução dessas áreas protegidas, de modo que favorecer a exploração, em grave violação a terras ancestralmente ocupadas por povos indígenas e populações tradicionais.

Dentro do mesmo contexto, se verifica a burocracia governamental, no sentido de reconhecer e regularizar as territorialidades não demarcadas ou em processo de demarcação, o que contribui para a geração e agravamento de conflitos socioambientais. Soma-se ainda o fato das legislações nacionais e os mecanismos jurídicos serem em várias ocasiões contraditórias — que estimula a prática de delitos, pela certeza da impunidade. Outro aspecto que está intimamente relacionado consiste nas contingências orçamentárias e financeiras, as quais muitas vezes dificultam a atuação dos órgãos de fiscalização e vigilância para coibirem as inúmeras ilegalidades.

Como se evidencia no trabalho, o cenário não é nada animador, em virtude dos frágeis processos de integração dos países amazônicos em tratativas para combater as investidas internacionais que enxergam na Amazônia somente como grande capital ambiental. O desenvolvimento sustentável é importante e por meio de estratégias adequadas, como é o caso do manejo florestal, abre-se a possibilidade de se trabalhar um conjunto de técnicas e tecnologias para utilização de recursos naturais com menores danos ao meio ambiente, de modo que venha a garantir sua continuidade e a renovação de tais recursos, além de beneficiar as mais distintas populações que habitam na região.

REFERÊNCIAS

- AMIN, Mario Miguel. A Amazônia na geopolítica mundial dos recursos estratégicos do século XXI. **Revista Crítica de Ciências Sociais (Online)** n.107, p.17-38, 2015. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/rccs/5993>>. Acesso em: 20 jun 2022.
- ARAGÓN, Luis Eduardo. A dimensão internacional da Amazônia: um aporte para sua interpretação. **Revista Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária - NERA**. Presidente Prudente, ano 21, n. 42, p.14-33. Dossiê – 2018. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/5676/4254>>. Acesso em: 22 jun 2022.
- ARAGÓN, Luis Eduardo. **Amazônia: conhecer para desenvolver e conservar**, cinco temas para um debate. São Paulo: Hucitec, 2013.
- BARROS, Rosangela Alves; BARBOSA, Ronaldo dos Santos. Unidades de conservação: um estudo sobre os impactos ambientais resultantes da extração de madeira na reserva biológica do Gurupi-MA. **Inter Espaço, Grajaú**, v. 1, n. 2, p. 270-292, dez. 2015. Disponível em: <<http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/>>. Acesso em: 15 jul 2022.
- BECKER. Bertha Koiffmann. Geopolítica da Amazônia. **Estudos Avançados**, n. 19 (53), 2005. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-40142005000100005>>. Acesso em: 02 ago 2022.
- BECKER. Bertha Koiffmann. **Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- BORELLI, Dario Luis, et al. Aziz Ab'Sáber: problemas da Amazônia brasileira. Entrevista a Dario Luis Borelli et al. Dossiê Amazônia brasileira I. **Revista Estudos Avançados**, n. 19 (53), 2005, p.5-35. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ea/a/LP3L3D8Y5zRPgRFH9rJnbGx/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 02 ago 2022.
- BUARQUE, Cristovam Ricardo Cavalcanti. **O mundo para todos**. Coluna Opinião. Rio de Janeiro: O Globo, 23 de outubro de 2000. Disponível em: <<http://zamorim.com/textos/amazonia.html>>. Acesso em: 17 jul 2022.
- CASTRO, Greicy Hellen Soares de; OLIVEIRA, Ginarajadaça Ferreira dos Santos. Degradação ambiental e os impactos do desflorestamento na Amazônia legal. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, ano 06, ed. 02, v. 02, p. 19-29, 2021. Disponível em: <<https://www.nucleodoconhecimento.com.br/engenharia-ambiental/impactos-do-desflorestamento>>. Acesso em: 15 jul 2022.

CIMI – Conselho Indigenista Missionário. **Violência contra os povos indígenas no Brasil:** Dados de 2021. Brasília: CIMI, 2022. Disponível em: <<https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2022/08/relatorio-violencia-povos-indigenas-2021-cimi.pdf>>. Acesso em: 15 ago 2022.

CPT – Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no Campo Brasil 2021.** Goiânia: CPT Nacional, 2022. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/downloads/summary/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/14271-conflitos-no-campo-brasil-2021>>. Acesso em: 15 ago 2022.

FBSP. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Atlas da Violência 2021.** CERQUEIRA, Daniel et al.(org.). São Paulo: FBSP/IPEA, 2021. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/5141-atlasdaviolencia2021completo.pdf>>. Acesso em: 15 ago 2022.

GONÇALVES, Amanda Cristina Oliveira; CORNETTA, Andrei; ALVES, Fábio; BARBOSA, Leonard Jeferson Grala. A função socioambiental do Patrimônio da União na Amazônia. In: ALVES, Fábio (Org.). **A função socioambiental do Patrimônio da União na Amazônia.** Brasília: Ipea, 2016. p.275-314.

HESPANHA, Pedro; ARAGÓN, Luis Eduardo. As lutas pela Amazônia no início do milênio. **Revista Crítica de Ciências Sociais (Online)**, n.107, p.3-4, 2015. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/rccs/5980>>. Acesso em: 20 jun 2022.

INPE. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. **TerraBrasilis Desmatamento.** São José dos Campos: INPE, 2019. Disponível em: <http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/legal_amazon/increments>. Acesso em: 24 set. 2020.

KOHLHEPP, Gerd. Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira. **Estudos Avançados**, n. 16 (45), p.37-61, 2002. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ea/a/mY9cRrhvB6MLvsHrYL8gBs4F/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 15 jul 2022.

LOBATO, Alicia. Balsas de garimpo voltam ao Madeira com aval de políticos do Amazonas. **Amazônia Real**, 14 jul 2022. Disponível em: <<https://amazoniareal.com.br/balsas-de-garimpo-voltam-ao-madeira-com-aval-de-politicos-do-amazonas/>>. Acesso em: 23 jul 2022.

OLIVEIRA, Leandro Dias. **Geopolítica ambiental:** a construção ideológica do desenvolvimento sustentável (1945-1992). 1.ed. Rio de Janeiro: Autografa, 2019.

PEDRO, Antônio Fernando Pinheiro. Contexto geopolítico do Brasil e a questão ambiental: notas para uma doutrina de segurança ambiental e uma doutrina de soberania afirmativa. **Ambiente Legal.** São Paulo, AICA, 2021. Disponível em: <<https://www.ambientelegal.com.br/contexto-geopolitico-do-brasil-e-a-questao-ambiental/>>. Acesso em: 16 jul 2022.

PEDRO, Antônio Fernando Pinheiro. Recursos Minerais na Amazônia, Relativização da Soberania e Conflitos Ambientais. **Blog The Eagle View**, 2013. Disponível em: <<https://www.theeagleview.com.br/2013/02/importancia-estrategica-do-aco.html>>. Acesso em 10 jul 2022.

PESSANHA, Samir Eid; MOURÃO, Paulo Fernando Cirino. A obra de Friedrich Ratzel: uma análise crítica acerca da lógica territorialista dos estados modernos. **Anais do I Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território**, 2014. Porto Alegre: Editora Letra1; Rio de Janeiro: REBRAGEO, 2014, p. 217-228.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

SILVA, Priscilla Regina da. A Amazônia e as Mudanças Climáticas. **XVII Seminário de**

Iniciação Científica da PUC-RIO. Rio de Janeiro: Departamento de Direito/PUC-RIO, 2009. Disponível em: <https://www.puc-rio.br/ensinopesq/ccpg/pibic/relatorio_resumo2009/relatorio/dir/priscilla_silva.pdf>. Acesso em 20 ago 2022. Acesso em: 10 jul 2022.

THÉRY, Hervé. Retratos da violência no Brasil. **Geosp – Espaço e Tempo (Online)**, v. 22, n. 2, p. 457-465, 2018. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/268358714.pdf>>. Acesso em: 10 out 2022.